



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Singularizando o indivíduo: Um estudo sobre práticas e significados do uso dos documentos de identificação e os efeitos que trazem na vida das pessoas em alguns pontos da cidade Maputo

Autora: Graça dos Santos Matavele

Orientador: Helder Nhamaze

Maputo, Julho de 2016

Singularizando o indivíduo: Um estudo sobre práticas e significados do uso dos documentos de identificação e os efeitos que trazem na vida das pessoas em alguns pontos da cidade Maputo

Trabalho de Culminação de Estudo submetido no Departamento de Arqueologia e Antropologia em cumprimento dos requisitos parciais para obtenção de grau de licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

Autora

Orientador

Presidente

Oponente

Maputo, Julho de 2016

Declaração de honra

Declaro por minha honra que este trabalho de pesquisa é original. Nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de um grau qualquer. O mesmo é o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

Graça dos Santos Matavele

Dedicatória

A minha família. O meu esposo Leovigildo Marcos, e aos meus filhos Norton, Leovigildo e Ryan, dedico este trabalho.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter iluminado os meus caminhos e me proporcionado saúde, força e determinação para seguir sempre em frente mesmo depois de me deparar com algum obstáculo. Em seguida gostaria de agradecer aos participantes de estudo que, de forma geral, contribuíram bastante para este trabalho ganhar o formato que tem. Agradeço muito pelo apoio e vosso carinho e acima de tudo o tempo que disponibilizaram para ouvirem-me fazendo-vos perguntas chatas.

Ao Dr. Helder Nhamaze, na qualidade do meu supervisor, a quem devo muito na realização do meu trabalho. O meu muito obrigado pelos comentários ricos e construtivos. A todos os professores do Departamento de Arqueologia e Antropologia, em particular da secção de Antropologia que, ao longo de quatro anos do curso de licenciatura em Antropologia transmitiram o conhecimento que hoje culmina com esta monografia.

Ao Dr. Décio José pelo encorajamento e incentivo durante a elaboração do presente trabalho. Não me esqueço de tantas e muitas vezes que me perguntou sobre o trabalho. Agradeço muito o seu desejo de ver o meu trabalho pronto e a força que me deu.

Aos meus pais que com muito amor e carinho me mandaram para a escola e ensinaram-me o bê-á-bá. A minha sogra que sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida. Aos meus irmãos e amigos pelo incentivo e pelo apoio constante.

Ao Norton, Leovigildo e ao Ryan meus filhos que souberam entender e ter paciência durante as longas horas de ausência e a todo apoio que não raras vezes me dispensaram. Ao meu amigo de todos os tempos que sempre acreditou em minhas habilidades, meu esposo Leovigildo da cruz Marcos. O meu muito obrigado!

Aos meus colegas do curso que nos últimos quatro anos partilhamos momentos alegres, tristes, vitórias, conquistas e no momento de desânimo nos amparamos uns aos outros. A todos que direta ou indiretamente disponibilizaram tempo e material, sempre com uma simpatia contagiante e pelo fornecimento de material para pesquisa do tema.

Resumo

No presente estudo procuro compreender as práticas e significados do uso dos documentos de identificação e os efeitos que trazem na vida dos indivíduos. A revisão de literatura evidenciou a existência de duas linhas de força sobre o estudo de documentos de identificação. A primeira linha estuda os documentos de identificação tendo em conta a relação que estes estabelecem com o Estado como um todo. Para esta linha, os documentos servem para auxiliar o processo de gestão da população. A segunda linha analisa a produção e uso dos documentos por indivíduos, dando ênfase a questão de símbolo. A primeira linha encontra-se limitada na medida em que considera os documentos de forma mecânica e funcional, ofuscando a percepção das diferentes formas de os indivíduos considerar os documentos. Contudo, neste estudo, sigo a linha que analisa a produção e uso dos documentos no quotidiano, mas colocando ênfase de que os documentos de identidade excluem os indivíduos no exercício normal da sua cidadania. O trabalho de campo etnográfico foi efectuado em vários pontos na cidade de Maputo, mas tendo como ponto de partida na Direcção província de Identificação Civil, cita na Avenida Eduardo Mondlane no edifício dos bombeiros e no Centro de Produção de documentos de identidade na avenida Fernão Magalhães, baixa da cidade de Maputo. Para a recolha de dados usei as observações directas, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais com diferentes actores sociais. Os dados que recolhi permitiram-me constatar que os documentos tem um poder muito grande nas pessoas e que liga o indivíduo ao ponto de considerar o seu documento de identificação como ele mesmo, e que também particulariza e inclui o indivíduo no sistema geral do Estado para o exercício da sua cidadania. Contudo, o estudo levou-me a concluir também, como o principal argumento, que o documento de identidade é a peça fundamental da exclusão.

Palavras-chave: *Documentos de identidade, identificação, cidadania.*

Índice

| | |
|---|------------|
| Dedicatória..... | ii |
| Agradecimentos..... | iii |
| Resumo..... | iv |
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Revisão de literatura..... | 4 |
| 3. 1. Definição dos conceitos | 11 |
| 3.1.1. <i>Cidadania</i> | 11 |
| 3.1.2. <i>Identidade</i> | 11 |
| 3.1.3. <i>Identificação</i> | 12 |
| 4. Procedimentos metodológicos | 13 |
| 4.1. Técnicas de recolha de dados..... | 14 |
| 5.2. Perfil dos participantes de estudo..... | 16 |
| 5.3. Sistematização e análise de dados..... | 17 |
| 6. Práticas e significados de uso de documentos de identificação..... | 18 |
| 6.1. O sentido e o valor dos documentos na vida das pessoas | 18 |
| 6.2. Sem documentos, sem nome: quando são os documentos que determinam quem somos | 22 |
| 6.3. Os documentos como elementos de inclusão e exclusão dos serviços básicos do Estado | 24 |
| 7. Conclusão..... | 29 |
| 8. Referências bibliográficas | 29 |

1. Introdução

O presente estudo foi elaborado como um dos requisitos parciais exigidos no Departamento de Arqueologia e Antropologia para a obtenção de grau de licenciatura. O objetivo do estudo é de analisar as práticas e significados do uso dos documentos de identificação e os efeitos que trazem na vida dos indivíduos.

O termo documento de identificação civil sussurra nos meus ouvidos quase todos os dias. Para além de trabalhar numa área relacionada aos documentos de identificação civil, acompanho no meu dia a dia a problemática relacionada aos documentos de identificação, sobretudo no que se refere aos processos de aquisição, o uso e a situação que o indivíduo se encontra quando este perde os seus documentos. Desta feita, combinada o motivo profissional com o que observo o dia a dia, decide me aproximar mais sobre o fenómeno de modo a poder entender.

De uma forma geral, nem sempre conhecemos o que julgamos conhecer. Contudo, o exercício antropológico de estranhar o familiar e familiarizar-se com o estranho (Damatta 1989) é de fundamental importância na percepção dos imponderáveis da vida real (Malinowski 1974). Entretanto, num momento em que julgava saber o que eram os documentos e qual era a importância tê-los, tive uma grande desilusão quando descobri, depois de estranhar os documentos de identidade e procurar conhecer de longe junto com as pessoas, que os documentos de identificação tinham um aspecto de particular, a de criar e recriar pessoas e de incluir e excluir pessoas no rolo de exercício da cidadania.

Por ficar muito tempo lidando com os documentos e considerando como objectos com finalidades funcionais, de particularizar as pessoas e de torna-los legíveis nos olhos do Estado, decide estudar os documentos olhando ainda neste ângulo. Mas para minha surpresa, a literatura da antropologia sobre os documentos de identificação revelou-me a existência de um conjunto de símbolos e significados imbuídos nos documentos, que dão vida e sentido a estes.

A literatura sobre documentos de identidade na antropologia pode ser dividida em duas perspectivas gerais. A primeira perspectiva, que inclui também os estudos dos historiadores, está mais virada para a teorização de Estado, concebendo os documentos de identificação como

mecanismos adoptados pelos Estados modernos com o intuito de melhor gerir e controlar a população (Scott 1998; Scott *at al...*2002; Rose e Miller 1992; Torpey 2003; Groebner 2007; Aslan 2009). A segunda perspectiva, analisa a produção dos documentos e uso e significados no seu quotidiano (Peirano 1986; 2006; 2009; 2011; Richter 2012; Fonseca e Scalco 2015).

A primeira linha analisa os documentos de maneira funcional e mecânica, ignorando os aspectos simbólicos e os efeitos e afectos que podem criar nas pessoas que portam os documentos. Foi pensando na problemática da capacidade da população modificar as categorias dos projectos sobre ela, que pensamos em, ao invés de procurar seguir a linha que entende os documentos de identificação civil como mecanismos de controle do Estado moderno, seguir a linha que procura perceber o processo do uso dos documentos e o seu significados no seu quotidiano.

A linha do uso dos documentos e os significados no uso quotidiano mostrou-me um caminho profícuo que a partir da qual gerou o argumento de estudo, onde depois de um trabalho de campo prolongado com o uso de técnicas de investigação antropológicas, observações das reações, atitude das pessoas sobre os documentos nos serviços de identificação civil e entrevistas semi-estruturadas com pessoas selecionadas, foi possível concluir que os documentos, apesar de servir como mecanismos de facilitação do processo de governação (Scott 1998; Scott *at al...*2002; Rose e Miller 1992; Torpey 2003; Groebner 2007; Aslan 2009) e de ter um conjunto de significados (Peirano 1986; 2006; 2009; 2011; Richter 2012; Fonseca e Scalco 2015), servem também como um elemento fundamental na exclusão de indivíduos de acesso aos serviços básicos fornecidos pelo Estado como um todo.

O presente estudo foi desenvolvido na cidade de Maputo, tendo como pontos de referência a direcção provincial de Identificação Civil localizada no edifício dos bombeiros da cidade de Maputo, Avenida Eduardo Mondlane e no Centro de Produção de Documentos de Identidade cita na Avenida Fernão Magalhães, na baixa da cidade, onde identifiquei pessoas e posteriormente conduzi entrevistas semi-estruturadas e conversas informais contínuos.

A recolha de informações sobre o significado e uso dos documentos junto com as pessoas e posterior análise feita sob prisma da literatura, conceitos e teorias, permitiu-me verificar que os

documentos tem um poder muito grande nas pessoas e que liga o indivíduo ao ponto de consideração o seu documento de identificação como ele mesmo, e que também particulariza e inclui o indivíduo no sistema geral do Estado para o exercício da sua cidadania. Contudo, o estudo levou-me a concluir também, como o principal argumento, que o documento de identidade é a peça fundamental da exclusão.

A esmagadora maioria das análises, como foi possível observar no presente estudo ao longo da revisão de literatura, olham os documentos de identificação civil como elemento que facilita a gestão governamental do Estado e o acesso fácil das coisas por parte dos indivíduos. Mas, não empreende esforço para denuncia a exclusão tremenda dos indivíduos no exercício da sua cidadania. Contudo, este estudo posiciona-se como um ponta pé para a problemática da exclusão que os documentos causam nos indivíduos, por ser um estudo exploratório.

Em termos de estrutura, o presente trabalho, para além da introdução, onde apresento de maneira geral a motivação para a realização do estudo, os principais correntes da perspectiva antropológica sobre os documentos de identidade e as principais constatações do terreno, encontra-se arrumado em quatro partes, a saber. Revisão de literatura; procedimentos metodológicos; práticas e significados de uso de documentos de identificação e conclusão.

Na revisão de literatura evidencio os principias estudos desenvolvidos no campo de antropologia sobre os documentos de identificação, crio discussão, coloco a problemática e levanto uma pergunta de partida. Ainda nesse capítulo, defino os principais conceitos usados para o presente estudo: cidadania, identidade e identificação.

No procedimento metodológico, apresento de maneira sucinta as etapas que atravessei no âmbito da elaboração de estudo, apresento as técnicas que usei no terreno para a recolha de dados, apresento o perfil dos participantes de estudo e em seguida explica a maneira como tratei os dados depois de recolher. No capítulo que intitulei práticas e significados de uso de documentos de identidade apresento em categorias os dados, discuto sob perspectiva da literatura e apresento as principais constatações. No fim, o capítulo de conclusão, faço um resumo de toda a discussão do estudo e apresento constatações e possibilidades de pesquisas futuras, uma vez que este foi exploratória.

2. Revisão de literatura

Identificar pessoas tem sido a principal forma de regular e garantir tranquilidade dentro de um determinado Estado. A necessidade de identificar pessoas é uma prática muito antiga e, desde os remotos tempos, tem se debatido sobre os mecanismos mais eficazes de singularização do indivíduo.

Groebner (2007), no seu estudo intitulado “Who Are You? Identification, Deception, and Surveillance in Early Modern Europe ” examinou vários métodos e procedimentos usados para a identificação de pessoas na Idade Média Antiga. Groebner (2007), através de uma perspectiva histórica, argumentou que o corpo e os seus atributos, como o caso da roupa, marcas e cor, foram vistos como verdadeiro mecanismo de identificação na Antiga Europa Medieval.

No processo de identificação de pessoas, o primeiro aspecto a ter se em observação é o nome da pessoa. A história de identificação de pessoas revela que, antes de ser desenvolvido qualquer método de identificação de pessoas, o nome era a peça central de identificação (De Araújo e Pasquali (2004). O nome, como adiantam Scott *et al...*(2013), “joga um papel importante na determinação da identidade, filiação cultural e histórico. Ele ajuda na unificação de grupos sociais e representam como uma parte integral sistemas de poder e conhecimento” (Scott *at al...*2013: 6).

Segundo De Araújo e Pasquali (2004), o primeiro uso de nomes compostos ocorreu quando o então Imperador Chinês Fushi decretou o uso de nomes de famílias ou sobrenomes. Com tudo, ainda de acordo com esses autores, o nome é o termo que identifica uma pessoa natural na vida em sociedade, bem como do ponto de vista jurídico, tem grande importância, pois é com ele que o indivíduo adquire bens, participa de associações, abre contas bancárias e tira documentos.

O nome exerce um papel muito importante no processo de identificação, uma vez que, a partir dele, torna-se possível seguir outros procedimentos de identificação de pessoas. Zambrano (2003), reforça a questão de o nome ser fundamental na medida em que afirma que o primeiro documento de identidade é registo de nascimento que estabelece, além de outros dados, o nome e

o sexo do recém-nascido. Contudo, Zambrano (2003) adianta que este documento, que contem nome e sexo, torna-se a peça fundamental em que todos os outros documentos vão estar apoiados, dando origem à menção de sexo em cada um deles.

De Araújo e Pasquali (2004) referem que o nome, apesar de ser o primeiro método de identificação, a sua utilização como processo identificativo não teve tanto sucesso como o esperado, principalmente pela facilidade com que pode ser adulterado, uma mesma pessoa com diferentes nomes, bem como a homonímia, diferentes pessoas com mesmos nomes. No entanto, posteriormente, desenvolveu-se o processo Ferrete que se baseava no uso de um instrumento de ferro aquecido para se marcar os criminosos, escravos e animais (Carrara 1990); Mutilação, também denominado de penalidade poética ou expressiva, que consistia na amputação de algum membro ou parte do corpo (Da Costa 1958); Antropometria, técnica que possibilita mensurar o corpo humano e suas partes (Cole 2001) e impressões digitais (Cole 2001).

A criação de diversos métodos de identificação teve como principal objetivo tornar o indivíduo conhecido e reconhecido para facilitar o controle da população, tornando-as “mais detalhada, no sentido de banir o homem desconhecido... No momento histórico de formação das grandes cidades, fornecendo-lhe uma memória e o tornando público, resistindo assim a dissolução social...” (Richter 2012: 19-20). Graças a essa evolução de tecnologias de identificação, desfrutase hoje os documentos de identificação civil, tamanho único para todos no dizer de Wakin (2001) agregando um conjunto considerável de métodos de identificação.

Nos dias de hoje, com o advento do Estado moderno, a principal forma de identificar alguém é com base nos seus documentos de identificação pessoal. Como refere Peirano (2009), “no mundo moderno, documentos são objetos indispensáveis, sem os quais não conseguimos demonstrar que somos quem dizemos que somos. Precisamos de provas materiais que atestem a veracidade da nossa auto-identificação, já que, por nós próprios, esse reconhecimento é inviável” (Peirano 2009: 63).

De acordo com Fonseca e Scalco (20015), no campo da antropologia, documentos de identidade pessoal não são, em geral, considerados objeto de fascínio. Constam entre os artefatos mais naturalizados e menos questionados da modernidade. Ainda de acordo com essas autoras, os

historiadores foram pioneiros no estudo desses documentos, vasculhando as origens dos suportes administrativos do estado moderno.

Apesar da inegável contribuição dos estudos históricos das tecnologias de identificação (Ginzburg, 1990; Caplan; Torpey, 2001) as práticas, significados e efeitos dos documentos de identificação civil na criação de subjectivismo e cidadanias particulares nos indivíduos, uma abordagem típica da antropologia, não foram cuidadosamente estudados e analisados.

De forma geral, devido à ténue aproximação dos antropólogos nos estudos sobre documentos de identificação civil como foi bem referenciado por Fonseca e Scalco (2015), verificamos uma exiguidade do material bibliográficos ligados à esse campo. Contudo, a minha pesquisa não foi de jeito nenhum afectada por esse facto, uma vez que, do pouco que encontramos, conseguimos trazer uma discussão sobre o uso e os efeitos dos documentos de identificação civil nos indivíduos.

A literatura que encontrei sobre os estudos de documentos de identificação civil apontam para a existência de duas perspectivas de análise. A primeira perspectiva de análise salienta que os Estados modernos usam os documentos de identidade como mecanismos de controle dos indivíduos no processo da governação.

Scott (1998), um dos autores que reflete sobre a ligação entre os documentos de identidade e o cidadão no processo de gestão da população, entende que o Estado moderno tende a simplificar a realidade por meio de implementação de políticas de identificação de pessoas e de lugares. Scott (1998), quando fala da simplificação, se refere a mapas, censos, listas cadastrais e unidades de medidas estandardizados como técnicas de encarar uma grande complexidade da realidade, com o objetivo de promover autoridades com uma visão esquemática da sua sociedade.

De acordo com Scott (1998), o Estado moderno tenta de diversas formas criar um campo e uma população precisamente com aquelas características estandardizadas que será mais facilmente monitorada, contada, avaliada e manejada. Esse monitoramento, é feito com base na identificação de pessoas através da atribuição de documentos para sua singularização, tornando-as inconfundíveis.

Torpey (2003) no seu livro intitulado “A invenção do passaporte. Vigilância, cidadania e o Estado” demonstra como o monopólio estatal do direito a autorizar e a controlar a circulação de pessoas é inerente à própria formação dos estados desde o advento do absolutismo. Segundo Torpey (2003) citado por Etcheverry (2007):

as tentativas de estabelecer o monopólio desse controle envolveram, ao longo da história, vários aspectos que se reforçam mutuamente: a codificação de leis que estabelecem quais os tipos de pessoas que podem circular no interior de cada estado e atravessar suas fronteiras, os lugares por onde essa travessia pode ser feita e, sobretudo, a identificação sem ambigüidades de todas as pessoas do planeta, para o que era necessário criar burocracias destinadas a implementar esse regime de identificação (Torpey 2003; citado por Etcheverry 2007: 149).

Groebner (2007), na mesma linha de Torpey, em uma perspectiva histórica, traz a história de identificação da Idade Média antiga para hodierno, delineando diretamente as conexões entre os passaportes contemporâneas e antigos documentos de identificação usados no século XIII até XVII. Como refere este autor, no século XXI, como também no século XIII, as pessoas eram identificadas a partir de documentos cujo os conteúdos e o uso desconheciam na totalidade. Assim, este facto, leva o autor a acreditar que as questões de controle dos indivíduos como tarefa do Estado moderno têm as suas origens na era medieval.

As análises de Groebner (2007) filiam-no na linha dos autores que, ao estudar os documentos de identificação civil, entendem como uma tecnologia de governação do Estado moderno no sentido de facilitar a avaliação, mapeamento e controle de todos os cidadãos. Para Groebner (2007), o controle que o Estado exerce actualmente nos indivíduos, sobretudo a identificação online, métodos de scaneamentos, representam uma nova expressão de formas de controle que emergiram desde a Idade Média Antiga.

Aslan (2009), no seu estudo sobre o uso de nomes pelas famílias na Turquia, mostra como o Estado exerce controle nos processos de identificação. Para esta autora, a interferência do Estado na prática de atribuição de nome às pessoas, está extrinsecamente ligada à formação do Estado moderno, sobretudo no processo de estabelecimento directo das regras. Contudo, como avança ainda a autora, a restrição de uso de alguns nomes por parte do Estado, como é o caso de nomes

Kurdish Aslan (2009), sugere uma imposição sobre as leis de apelidos, como uma estratégia pura de administração.

A problemática que se coloca na linha dos estudos que olham os documentos de identificação como mecanismos do controle por parte do Estado é sobre as subversões que tem se verificado ao longo desse controle, seja a nível do interior do estado (bilhete de identidade) ou a nível externo (passaportes). A outra problemática é de olhar-se os documentos como mero objeto de identificação, sem estabelecer-se uma ligação simbólica entre o documento em si e a pessoa que possui, sobretudo no processo da criação de cidadania para o benefício dos serviços públicos básicos.

Scott (1998) um dos autores influente no Estudo de Estado, governo e indivíduos, de forma excepcional, reconheceu a existência de uma discrepância entre as teorias e estratégias do Estado e as práticas locais da população. Scott (1998), nas suas análises, reafirmou que o foco da análise não pode ser concentrada na capacidade das simplificações realizados pelo Estado transformando o mundo, mas também na capacidade da população modificar, bloquear e mesmo desfazer categorias projectados sobre ela.

Como se pode constatar, apesar de evidencia do poder que o Estado tem de moldar e estruturar os indivíduos a partir do processo de identificação pessoal, também salienta-se o facto dos indivíduos manipularem os mecanismos de controle, dando uma outra dimensão. Majaia (2015) num estudo etnográfico que desenvolveu entre um grupo de residentes nas fronteiras de Namaacha e Macuacua do Lado de Moçambique, Lomahasha do lado de Swazilândia e Mbuzine do lado da África do Sul com o objectivo de analisar a continuidade social dos residentes em outros países fora da sua jurisdição, concluiu que as relações entre esses grupos de residentes se estendem para além das fronteiras. De forma geral, o estudo de Majaia (2015), mostra “como as fronteiras e os limites são construídas socialmente, com recurso a uma experiência de interação das pessoas que se perde no tempo, e de forma diferente daquela estipulada a partir de mecanismos administrativos” (Majaia 2015: 30).

O estudo de Majaia (2015) nos dá uma alusão sobre como e de que forma o Estado perde de vista a mobilidade de pessoas dentro e fora do próprio Estado. , apesar do uso de passaporte ser um dos mecanismos que os autores apontam como forma de controlo do fluxo de ilegais dentro de um determinado Estado, os dados etnográficos trazidos por Majaia revelam-nos que entre os que habitam os arredores das fronteiras, não se vêem privados de continuar com as suas atividades em outro Estado, mesmo fazendo isso sem passaporte.

De forma geral, a linha que estuda a produção dos documentos, uso e significados no seu quotidiano (Peirano 1986; 2006; 2009; 2011; Richter 2012; Fonseca e Scalco 2015) enfatiza as questões simbólicas, acreditando haver uma ligação muito forte entre pessoas e documentos, uma espécie do “eu” construído de forma diferente.

Nos trabalhos que examinam a produção e os significados dos documentos, no contexto brasileiro, Peirano (1986; 2006; 2009; 2011) é apontada como a primeira com um interesse na área. Ao longo das suas pesquisas sobre documentos, salientou a ligação entre os documento e vida diária e burocrática dos indivíduos tanto que, “quando se forja documento de uma certa pessoa, ID theft, não são os documentos que são forjados, mas o “eu” que é duplicado”. (Peirano 2009: 76).

Peirano (2009) numa tentativa de mostrar o valor de documento na vida das pessoas, nega a abordagem de Latour (2007) para quem os documentos são espécies de plug-ins, equiparados aos softwares que nos permitem ver uma imagem, ouvir música ou assistir a um DVD, não contendo nenhum significado próprio, apenas servindo como dispositivos para tornar visível o que antes era apenas virtual e ajudar a eliminar a dicotomia local/global. Portanto, para Peirano (2009) documentos não são meros plug-ins, individualizadores, como sugere Latour. Eles são esses amuletos cobiçados por uns, objetos restritivos e indesejáveis para outros, nossos duplos que não podemos perder de vista. Eles têm sentido, valor e vida própria.

Richter (2012) no mesmo diapasão sobre o uso e o significado dos documentos nos indivíduos, efectuou um estudo etnográfico na cidade de Porto de Alegre, onde procurou investigar a elaboração e os usos que as pessoas fazem da Declaração de Nascido Vivo (DNV). Richter (2012) desenvolveu o estudo com uma pesquisa etnográfica acompanhando os percursos das três

vias de DNV, principalmente em cartórios de registo civil e na equipe de eventos vitais da secretaria municipal da saúde.

A pesquisa de Richter (2012) mostrou as diferenças de sentido atribuído ao documento (DNV) e, mostrou também a objectividade absoluta que aparentemente revestiria os dados estatísticos e os documentos de identificação envolve inevitavelmente a interação entre os diversos artefactos e agentes, carregando, assim, aspectos contingentes e relacionais em sua produção.

Por sua vez, Fonseca e Scalco (2015) através de um estudo de caso da Jovem Bruna, mãe de família de um bairro popular de Porto Alegre, na sua tentativa de aceder aos benefícios do Cadastro Único, procuraram examinar os documentos de identidade pessoal como um instrumento tecno-político enredado numa série de regimes éticos e que produz efeitos concretos para a sensação de cidadania e pertencimento. Assim, as autoras argumentaram que as novas técnicas de informação e gerenciamento de programas sociais têm efeitos concretos na maneira em que as pessoas se situam no mundo em relação a vizinhos, familiares e nação.

De uma forma geral, ainda seguindo a lógica do uso e significado dos documentos nos indivíduos, procuramos analisar as práticas e significados do uso dos documentos de identificação e os efeitos que trazem na vida dos indivíduos, sobretudo no processo de singularização e criação de cidadanias particulares. A procura da análise deste gênero surge através de uma inquietação sobre o duplo sentido que os documentos podem possuir, exclusão e inclusão.

Das e Poole (2004), entendem que os documentos pessoais, considerados indispensáveis para aceder à cidadania plena, também são usados para excluir e discriminar bom número de pessoas. São usados para abrir caminhos, mas também para controlar e reprimir. Na mesma linha, Peirano (2009) adianta que a obrigatoriedade legal de possuir documento naturalmente tem seu lado inverso: o de remover, despossuir, negar e esvaziar o reconhecimento social do indivíduo que não possui o documento exigido em determinados contextos.

A partir do duplo sentido que os documentos possuem nos indivíduos, incluir e excluir, pretendemos reflectir sobre o exercício da cidadania e facilidade dos serviços públicos básicos

por parte das pessoas de diferentes categorias. Assim, de forma geral, nos inquietamos com a seguintes questões: *De que maneira os documentos de identificação civil incluem e excluem os indivíduos no acesso a serviços públicos básicos?*

3. 1. Definição dos conceitos

3.1.1. Cidadania

De acordo com Da Sila e Buenos Aires (2007) a etimologia do termo “cidadania” remonta do latim civitas que quer dizer “cidade”. Esta palavra foi usada em Roma para designar a ação pela qual alguém se tornava civil, ou seja, passava a fazer parte da “civilização”. Nessa época, a noção de cidadania esteve ligada à idéia de privilégio, uma vez que esse direito era restrito a determinadas classes ou grupos sociais, ou excepcionalmente a certas pessoas, contudo este conceito foi evoluindo no decorrer do tempo.

No que tange à definição do termo “cidadania”, Silva (1996) lembrar que não se trata de um conceito totalmente distinto, mas que se relaciona mutuamente com a soberania popular e com a democracia, ou mais precisamente, com os direitos políticos, que, unidos em um único contexto dão origem ao que se chama “idéia democrática” ou “princípio democrático”.

Para Marshall (1949) a quem também sigo na definição desse conceito, a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida.

3.1.2. Identidade

O conceito de identidade vem levantando muitas questões em diversos campos das ciências humanas. Silva e Silva (2006) apontam que a sua origem remete à Filosofia e à Psicologia, mas hoje a Antropologia tem sido uma das ciências mais prolíficas em seu estudo. Além disso, a área

interdisciplinar conhecida como Estudos Culturais - um dos principais frutos da pós modernidade nas ciências humanas e sociais - também tem questionado a construção de identidades sob os prismas mais diversos: sociológicos, linguísticos e por meio da teoria da comunicação. Nesse contexto, a noção de identidade gerou muitos conceitos diferentes: identidade nacional, identidade étnica, identidade social, cada um deles com uma gama de significados e métodos de análise próprios.

O antropólogo social Roberto DaMatta, por exemplo, usa a noção de identidade social para discutir a construção de uma identidade nacional brasileira. Em sua obra *O que faz o Brasil Brasil*, DaMatta se preocupa em responder como se constrói uma identidade social e, mais especificamente, como um povo se transforma em Brasil. Para ele, a construção da identidade social é feita de afirmativas e negativas, a partir dos posicionamentos dos indivíduos diante das situações do cotidiano. De acordo com DaMatta, uma pessoa cria sua identidade ao se posicionar diante das instituições, ao responder às situações sociais mais importantes da sociedade: como um indivíduo entende o casamento, a Igreja, a moralidade, a Arte, as leis etc, é o que define sua identidade social. Esses perfis seriam construídos a partir das fórmulas dadas pela sociedade, e não criados simplesmente pela escolha individual.

É dessa perspectiva que Tomaz e Silva (2006) afirma que a compreensão da identidade deve levar em consideração sua relação intrínseca com a diferença, pois a identidade não existe sem a diferença

3.1.3. Identificação

Para Groebner (2007), há duas maneiras muito diferentes de afirmar que uma pessoa é quem ela diz ser: uma é pelo reconhecimento; outra, pela identificação. A diferença entre elas pode ser assim resumida: “reconhecemos um rosto familiar a despeito da escuridão, fixando-nos nos menores detalhes, sejam eles a postura, o gesto, uma simples palavra – e muitas vezes até contra a nossa vontade”. Por outro lado, identificamos alguém que nunca vimos antes por meio de “um procedimento muito diferente e mais entediante. Comparamos sua descrição com as feições individuais – gênero, altura, idade, cor dos olhos e cabelo – e quando temos um número suficiente de correspondências, podemos assumir que é a pessoa em questão. Quando este

processo resulta em um documento de identificação, é a autoridade do emissor que legitima seu uso e atesta sua validade. (Peirano 2011).

4. Procedimentos metodológicos

O presente estudo é de carácter exploratório e privilegiou o método etnográfico. “As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, de um tema pouco explorado e de difícil formulação de hipóteses precisas e operacionais” (Gil 1999). Contudo, o estudo procurou analisar as práticas e significados dos documentos de identificação no sentido de criar uma aproximação com a temática e abrir as possibilidades de pesquisas futuras.

A elaboração do estudo obedeceu três fases complementares, a saber: revisão bibliográfica, trabalho de campo e sistematização e análise de dados.

A revisão bibliográfica constituiu a primeira fase para a elaboração do presente estudo. A revisão foi feita com base nas palavras-chave ligados ao tema pesquisado (documentos de identidade na perspectiva antropológica). O objetivo desta etapa foi de familiarizar-me com as discussões sobre documentos na perspectiva antropológica e com isso ajudar no processo da delimitação do tema e na formulação do problema.

A revisão de literatura decorreu nos meses de Fevereiro de 2015 até Janeiro de 2016. Neste período, consultei vários livros, artigos, teses e dissertações em diferentes lugares e de diferentes formas. Para a localização deste material, frequentei as bibliotecas da cidade de Maputo, fiz buscas na internet e pedi aos amigos e alguns docentes para o fornecimento do mesmo.

Depois de ter feito uma leitura exhaustiva da literatura sobre os documentos no âmbito da antropologia, rumei para o trabalho de campo. Esta etapa, por sinal muito importante do presente estudo, aconteceu nos meses de Outubro de 2015 a Março de 2016, com algumas interrupções. O trabalho de campo com o método etnográfico realizei em diferentes pontos da cidade de Maputo, onde, por opção do entrevistado, deslocava-me para o seu encontro depois de uma entrevista previamente agendada.

Para a localização dos participantes de estudo escolhi dois locais que considerei estratégicos: No serviço de identificação civil da cidade, cita na Avenida Eduardo Mondlane, no edifício dos bombeiros e no Centro de Produção de Documentos de Identificação Civil da Baixa da cidade de Maputo. A escolha desses lugares foi precisamente devido a facilidade em encontrar pessoas em situações de tratamento dos seus documentos.

A terceira e a última fase foi de sistematização e análise de dados recolhidos no terreno. Esta fase decorreu entre Janeiro de 2016 a Junho de 2016.

4.1. Técnicas de recolha de dados

Para a recolha de dados ao longo do trabalho de campo etnográfico, usei duas técnicas: observação directa e entrevistas semi-estruturadas.

De uma forma geral, a “observação é uma técnica de colecta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade” (Marcone e Lakatos 2003: 190). Portanto, não consiste apenas ver, ouvir e escrever (Cardoso de Oliveira, 2006), mas também em examinar factos ou fenómenos que se desejam estudar (Marcone e Lakatos 2003: 190).

A observação directa, uma técnica de investigação científica fundamental no campo de antropologia, foi amplamente usada e constituiu como uma das técnicas que propiciou a etapa das entrevistas semi-estruturadas. As observações foram feitas na Direcção do Serviço de Identificação civil e no Centro de Produção de Documentos de Identidade de Maputo. Nesses sítios, com base nas orientações prévias sobre o objetivo de estudo, procurei recolher as informações diretamente com os sujeitos que se encontravam no local, com o uso dos sentidos.

Como a observação directa requer uma prévia eleição de tópicos e questões a não perder de vista durante o processo de observação no terreno, conduzi a técnica de observação directa com base numa lista de aspectos a observar e facto que permitiu-me a obtenção de informações sobre os aspectos em estudo, assegurando o cruzamento dessas informações com as obtidas com recurso a outras técnicas para tornar a informação mais fiável.

A observação directa centrou-se em descrever as atitudes, comportamentos, sobretudo nas expressões faciais na saída e entrada no edifício as pessoas que estavam atrás dos seus documentos. Com a descrição das diferentes manifestações da pessoas e das suas interações com os funcionários do aparelho públicos afectos nesses serviços, foi possível identificar pessoas interessantes e com elas marcar uma conversa para falar um pouco mais do que pensam e sentem dos documentos de identificação civil.

Como qualquer técnica de pesquisa tem vantagens e desvantagens, a técnica de observação também não ficou alheio a essas questões. De acordo com Gil (1999) a vantagem da observação ao longo de trabalho de campo é que os factos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação, reduzindo assim a subjectividade que permeia todo o processo de investigação social. A principal desvantagem, ainda de acordo com Gil (1999) é que a presença do pesquisador pode provocar alterações no comportamento dos observados, destruindo a espontaneidade dos mesmos e produzindo resultados poucos confiáveis.

Com o uso de observação participante foi constatar e explorar de forma intensa as suas vantagens e, evitar acima de tudo que a desvantagem da técnica aqui apontada afetasse a fiabilidade das informações recolhidas. A minha presença como pesquisadora nos contexto onde realizei as observações não foi sentida pelos observados, facto que leva-me a acreditar que os seus comportamentos, de irritação pela demora de documentos e de satisfação na aquisição do mesmo não mudaram.

A outra técnica que complementou a observação directa foi entrevista semi-estruturada. As entrevistas são igualmente técnicas que tem como característica de explorar de forma profunda uma determinada questão. Com recurso a entrevista semi-estruturada foi possível entrevistar dezoito pessoas, onde ao longo do estudo acabei ficando com treze pessoas. As pessoas entrevistadas, em função do interesse do tema do presente estudo, foram se revelando e, com base nisso foi possível escolher os participantes de estudo, onde depois o recurso a entrevistas telefônicas também foram aplicadas. As entrevistas decorriam em bares e restaurantes da cidade e, em alguns casos, nas casas dos entrevistados. As mesmas tinham uma duração de 1h a duas 2h, dependendo da disponibilidade dos informantes.

5.2. Perfil dos participantes de estudo

Ao longo do trabalho de campo conversei com doze pessoas, que, efetivamente participaram no estudo até ao fim e foram contactadas diversas vezes. Mas, o primeiro número de pessoas contactadas foi de 18 e, ao longo do decorrer das entrevistas e em função do que as pessoas diziam sobre os documentos, acabei escolhendo ficar com doze. As doze pessoas com quem conversei vivem nos arredores da cidade de Maputo. De entre elas, só uma é da província de Nampula e o resto são da cidade de Maputo.

A idade dos participantes do presente estudo varia entre 22 a 43 anos de idade e a sua escolaridade está entre nível médio e licenciatura, onde a maioria deles são funcionários.

| Nome dos participantes | Idade | Escolaridade | Ocupação | Residência |
|-------------------------------|---------|--------------|-------------------------|---------------|
| Maria Artur | 27 anos | Licenciatura | Funcionária pública | Malhangalene |
| Isac Cossa | 33 anos | Licenciatura | Professor universitário | Abel Jafar |
| Ancha Amurim | 36 anos | Nível Médio | Mukherista ¹ | Maxaquene |
| João Machava | 43 anos | Nível Médio | Motorista | Malhangalene |
| Rosa Tembe | 28 anos | Licenciatura | Secretária | Hulene B |
| Arnaldo José | 25 anos | Licenciando | Estudante | Luís Cabral |
| Hélio Anadane | 31 anos | Nível Médio | Comerciante | Polana Caniço |
| Agostinho Raúl | 27 anos | Nível Médio | Funcionário público | Maxaquene |
| Carmim Samuel | 38 anos | Nível Médio | Despachante | Coop |
| António Reportão ² | X | X | X | X |
| Carlos Chauque | 24 anos | Licenciando | Estudante | Maxaquene |
| Estefânia Tivane | 22 anos | Licenciando | Estudante | Xipamanine |

¹ Mukherista é um termo usado precisamente em Maputo para designar uma pessoa que compra produtos em retalho para revender, ou que viaja constantemente para África de Sul para cuidar de negócios de compra de produtos em grande quantidade.

² O senhor António achou melhor que os seus dados pessoais não fossem apontados no relatório final do nosso trabalho. Quanto aos outros, quando lhes perguntei se poderia apontar seus nomes e pôr os seus dados no trabalho, disseram que não se importavam com isso.

5.3. Sistematização e análise de dados

Depois de se efectuar observações e entrevistas, li e reli os dados para me integrar melhor nos discursos dos informantes. Os dados que recolhi com base nas observações juntei com os que recolhi com recurso as entrevistas, onde depois passei para o processo de sistematização.

A sistematização dos dados consistiu em agrupa-los em função de secções de perguntas formuladas no sentido de fazer um casamento com os objetivos do estudo. Assim, criei diferentes pastas, onde em cada pasta colocava as respostas de diferentes informantes em uma só temática. As respostas sobre a temática de práticas, uso, efeitos e significado dos documentos eram separados com vista a facilitar a localização dos mesmos no processo de análise.

A análise dos dados baseou-se na literatura sobre os significados dos documentos na perspectiva antropológica, os conceitos apresentados e a perspectiva teórica de Yashim (2007) sobre o afecto que os documentos criam nos indivíduos, como a principal luz na análise dos dados. Ao longo da análise, extrai os depoimentos directo dos informantes, onde depois procurei interpretar fazendo um cruzamento entre os dados, a literatura e a teoria, no sentido de trazer mais luz e cientificidade.

6. Práticas e significados de uso de documentos de identificação

6.1. O sentido e o valor dos documentos na vida das pessoas

Os documentos de identidade são tratados de maneira geral de uma forma objectiva, como mero formatos que as pessoas portam para se identificarem e servirem de abertura para alguns serviços básicos que as diferentes instituições do Estado e privado oferecem. Contudo, com base nas observações in loco das reações e sentimento junto as pessoas que possuem ou deixam de possuir os documentos, foi possível constatar que existe uma ligação simbólica entre os documento e a pessoa que os possui.

A literatura que olha os documentos como elementos que transportam consigo um conjunto de símbolos, aponta que “de qualquer maneira, observa-se que os documentos de identidade possuem uma grande importância social e simbólica na nossa sociedade” (Fonseca; Brites). Assim, as narrativas recolhidas com os participantes do presente estudo atestam a importância dos documentos na vida dos indivíduos, na medida em que os nossos entrevistados foram unânimes ao afirmar que não conseguem imaginar a sua vida sem documentos.

De acordo com as minhas entrevistas, um documento de identificação representa a vida, já que a esmagadora maioria dos serviços que o Estado oferece só se tornam acessível com posse de um documento de identidade.

O valor que os documentos de identidade tem na vida das pessoas é, segundo eles, inestimável, uma vez que, em tudo quanto uma pessoas faz, o documento está aí. Entretanto, este valor não é apenas olhado pelas pessoas no seu lado funcional, mas também no seu lado simbólico na medida em que os documentos são relacionados com outros elementos, como é o caso da roupa que a própria pessoa veste. Para estes, de maneira geral, a primeira coisa que pensam em levar ao sair de casa depois de se vestirem, é o documento.

Uma das participantes do presente estudo, apontou que sair de casa sem documentos, significa para ela sair de casa nua.

He...mama, documento é porto seguro, é nossa vida. Nesses dias, não tem como você fazer algo sem ter documentos. Eles permitem-nos ter acesso a muitas coisas, mas ao mesmo tempo nos priva de alguns direitos quando não o possuímos, a primeira coisa que a pessoa pensa em levar quando sai é o documento. Os documentos trazem segurança, você se sente mais completo com eles (Rosa Tembe, 28 anos de idade, secretária, residente do bairro de Hulene).

O depoimento da Rosa traz consigo dois elementos de forma concomitante. Numa primeira instância a informante recorda o valor funcional dos documentos e em seguida, acaba os seu dizer com uma ligação simbólica entre os documentos e o seu portador. Assim, a questão de se considerar o documento como tudo na vida das pessoas, revela que o mesmo passou do plano técnica, onde desempenha a função de facilitador das pessoas no curso das suas actividades e ferramenta do Estado no processo de controle, para o plano simbólico da ligação das pessoas com os documentos como um reflexo do “eu”.

Como se sabe, os aspectos simbólicos são mais sensíveis e difíceis de serem negociadas em termos de renúncia do que os aspectos materiais. Assim, “torna-se fundamental reter a articulação entre identificação e sentimento de si para termos em vista que o uso dos documentos ultrapassa os projectos de identificação almejados pelos produtores administrativos dos documentos” (Richter 2012: 148). No presente estudo, apesar dos nossos informantes salientarem a dimensão funcional dos documentos, enfatizaram também a questão de eles serem seus documentos e seus documentos serem eles mesmos.

Enquanto se pensa os documentos como instrumentos de controle da população exercido pelo Estado (Scott 1998; Scott et al...2002; Rose e Miller 1992; Torpey 2003; Groebner 2007; Aslan 2009), os indivíduos criam diferentes práticas e diferentes formas de interpretar e valorizar os documentos.

Os documentos, seguindo as pegadas de Yashim (2007) criam um afecto e efeito muito grande, levam a forma e se tornam como a parte dos seus portadores. Isto foi algo também constatado no meu campo na medida em que vi que os informantes falavam dos documentos como se fosse

algo que estive ligado a eles de uma maneira espiritual, era como se fosse um pedaço de eles mesmos.

Alguns informantes ao longo da pesquisa, que nos contaram episódios da perda dos seus documentos, foram afirmando diversas vezes que preferiam que perdessem dinheiro e ficasse com os documentos. Outros, que perderam seus documentos na sequência de um assalto a mão armada, tiveram a petulância de implorar os assaltantes que levassem apenas o dinheiro e deixassem os seus documentos com eles.

Ao longo das nossas conversas, Senhor João Machava afirmou o seguinte:

Eu prefiro sempre perder dinheiro do que meus documentos, sei as consequências que a pessoa passa para conseguir ter os documentos novamente. Eu tenho uma ligação com os documentos, como acredito que muitos outros tem. É no documento que estão os meus dados, a minha residência, a minha naturalidade, a minha idade, a altura e todo o resto. Então, o meu documento, em outras palavras, reflete a mim mesmo como pessoa, é o meu outro “eu” (João Machava, 43 anos de idade, motorista e residente do bairro de Malhangalene).

Por sua vez, o jovem, Arnaldo José, afirmou-me que:

Eu já sofri assalto muitas vezes. Mas o que me dói nisso tudo não é o dinheiro nem os telefones que eles nos arrancam sempre, são documentos. Uma vez tive a sorte de pedir aos jovens que me assaltaram que deixassem os meus documentos comigo, e eles deixaram. Isso para mim revela que os assaltantes também conhecem o valor dos documentos. Eles não estão atrás de documentos, mas como o dinheiro fica na mesma carteira onde também fica os documentos, acabam levando tudo. Quando contei a um grupo de amigos que sofri um assalto, mas as pessoas que me assaltaram devolveram-me a carteira, levando apenas o dinheiro que continha lá e o meu telefone, muita gente também contou histórias

parecidas. Para mim o dinheiro podem levar, mas devem deixar os documentos, uma vez que estes são muito importante nas nossas vidas.

A preferência em documentos em detrimento ao dinheiro foi um dos aspectos que se verificou ao longo das minhas entrevistas. Os meus informantes, a boa parte deles passou constrangimentos com os documentos de identidade. Aliás, foi por este motivo que eu os selecionei para o estudo. O documento, como dizia Yashin (2007), não se restringe apenas a função de facilitar o trabalho de estado no processo de localização dos cidadãos e, conseqüentemente o seu controle. Ele molda e estrutura a vida das pessoas.

Na passeada que dei ao longo da revisão dos textos que discutem sobre documentos de identidade, encontrei em Peirano (2002) as mesmas preocupações apresentadas pelos meus informantes no que concerne a devolução do documento após um assalto. Peirano (2002) conta-nos um episódio de um estudante universitário que ao ser assaltado na porta de sua casa, apercebeu-se de que o assaltante tinha levado consigo a sua carteira. O jovem gritou para o assaltante dizendo-lhe que tinha ficado com os seus documentos e, logo em seguida, o assaltante procedeu a devolução da carteira, guardando-a no chão alguns metros dali.

Este facto revela que, uma vez os documentos constituindo uma peça importante para o exercício da cidadania, as pessoas ganham a consciência disso e, mesmo os assaltantes, que também são cidadãos e conhecem o dilema de documentos, dão os documentos de volta em alguns casos.

Alguma das nossas informantes contaram os episódios vividos por eles e alguns assistidos na vizinhança, onde os ladrões, depois de invadir a casa para um roubo, ao sair deixaram os documentos dos donos da casa espalhados pelo chão. Entretanto, a escolha de levar e não levar o documento do outro sempre paira na cabeça dos malfeitores, dado ao valor que os documentos auferem na vida das pessoas que as possuem.

De uma forma geral, os “documentos têm sentido, valor e vida própria” (Peirano 2009: 77), eles são pessoas em formato papel ou biométrico com um significado muito grande para os que possuem, uma vez que este lhes representa.

6.2. Sem documentos, sem nome: quando são os documentos que determinam quem somos

A maioria dos documentos de identificação usados em Moçambique apresentam a fotografia do tipo passe ao seu portador. Mas, para além das fotografias, os documentos, como é o caso de B.I e Passaporte, apresentam todos dados pessoas, começando por apelido, primeiro nome, nacionalidade, data de nascimento, sexo e naturalidade.

A combinação desses dados servem para efeitos de confirmações no sentido de se concluir se se trata exatamente da mesma pessoa. Contudo, estes documentos, são usados como elementos que garante que a pessoa é o que diz que é, sendo que na sua ausência, pairam dúvidas perante as autoridades sobre o nome que a pessoa diz ser chamado.

Os informantes do presente estudo afirmaram que é difícil acreditar-se em uma pessoa quando afirma ser de alguma região ou ser chamado por algum nome, sem ter consigo um documento que possa atestar isso. Como nos afirma Peirano (2009), no mundo moderno, documentos são objetos indispensáveis, sem os quais não conseguimos demonstrar que somos quem dizemos que somos. Precisamos de provas materiais que atestem a veracidade da nossa auto identificação, já que, por nós próprios, esse reconhecimento é inviável. Nossa palavra não é suficiente.

De facto, a palavra nunca é suficiente.

Documento é a nossa identidade, é por causa deste que podemos não ser desmentidos quando dissemos que pertencemos a uma certa região, ou que temos uma certa idade. Eu pessoalmente já vi pessoas a confirmar junto com as outras pessoas com o recurso a B.I a sua idade, ou mesmo naturalidade, depois de uma discussão sobre o que ele é. Parece que não conta muito as aparências físicas, a forma de falar e de vestir como mecanismos de afirmação de uma identidade. Certa vez fui a um contentor comprar peixe e, o jovem que me atendeu aparentava ser estrangeiro. Depois de alguns minutos na troca de palavras, perguntei a ele de onde era, ele me disse que era de Nampula. Eu logo estranhei, mas ele, não me

deu espaço que eu estava a desconfiar-me dele. Ai, ele entrou no bolso dele e tirou B.I e me mostrou. No B.I dizia que ele era de Nampula. A única coisa que pensei naquele momento foi de que ele conseguiu o bilhete talvez de alguma forma, não que tivesse sido de Nampula realmente. Mas também não desmenti. (Carmim Samuel, 38 anos, Despachante, residente no bairro de Coop).

O documento, por se tratar de um instrumento legal e a sua aquisição levar um conjunto de procedimentos que começam desde o nascimento da criança e o seu primeiro registo, onde constam os dados relativos ao seu nome e da sua família, data em que nasceu e a cidade, leva com que tenha um poder de determinar o que a pessoa realmente é. Como foi visto no depoimento acima, o facto da Carmim não questionar mais sobre a naturalidade da pessoa que o suspeitava ser estrangeiro, revela claramente que pode-se não acreditar alguém logo *aprior* quando diz quem é e de onde é, sem ter exibido o seu documento primeiro.

O documento se configura nesse sentido como o elemento que particulariza e singulariza o indivíduo de tantos outros. Na medida em que o indivíduo é singularizado pelos documentos, ganha uma identidade legível nos olhos das autoridades. Contudo, só com este documento, o indivíduo pode provar que ele é ele mesmo.

Os meus informantes avançaram que os documentos são uma espécie de determinantes sobre o que a pessoa é. Muitas vezes, como os informantes avançam, quando acontece algum acidente com uma determinada pessoa fora do seio círculo, ele só pode ser reconhecido com base nos documentos que podem ser encontrados consigo. Entretanto, se o indivíduo não possui no momento algum documento, o reconhecimento é feito de maneira mais tradicional, levando-se os possíveis familiares depois da notificação do desaparecimento do indivíduo, para o reconhecer.

A posição que os informantes avançam encontra-se ligada na questão da funcionalidade dos documentos, onde esses facilitam o processo de gestão das autoridades estatais no exercício das suas atividades. Mas, ligando esses aspectos com questões de identidade na perspectiva antropológica, podemos encontrar dicotomia entre a entidade social, determinada pela partilha de

aspectos comuns e a entidade de documentos, onde este último aparece como determinante para as autoridades, ponto em que a identidade social.

6.3. Os documentos como elementos de inclusão e exclusão dos serviços básicos do Estado

Depois de ter apresentado nas secções o sentido e o valor que os documento tem na vida das pessoas e a força do documento na marcação inequívoca nos olhos das autoridades e das pessoas no geral, é vez que analisar de que forma os documentos podem exercer duas funções de forma concomitante, o de excluir e incluir o cidadão na vida moderna do Estado, de modo a usufruir os serviços que este oferece.

Para esta secção, apresentarei dois casos que descrevem sobre a exclusão e a inclusão das pessoas nos serviços básicos do Estado. O primeiro caso é da Ancha Amurim que, ao perder seus documentos numa viagem à África de Sul, viu-se privada de fazer várias coisas. O segundo caso quem nos conta é do Hélio Anadane que, ao perder o seu documento, perdeu consequentemente a oportunidade de vários postos de emprego como motorista.

O debate sobre a dupla sentido dos documento, de incluir e excluir os cidadão na vida do Estado, foi longamente discutido por Peirano (1986; 2012) para quem os “documentos são fornecidos por órgãos públicos apenas para aqueles que preenchem determinados requisitos estipulados por lei. Eles preenchem, portanto, a função de distinguir o cidadão do "marginal" (Peirano 1986: 52) e que a “obrigatoriedade legal de possuir documento naturalmente tem seu lado inverso: o de remover, despossuir, negar e esvaziar o reconhecimento social do indivíduo que não possui o documento exigido em determinados contextos” (Peirano 2012:).

Por um lado, o documento particulariza o indivíduo, diferencia-o das outras pessoas e lhe dá cidadania. Por outro lado, o documento exclui o indivíduo no exercício do seu direito. Este facto, faz com que o documento não seja aquilo que se pense, tornando-se um verdadeiro dilema nos olhos das pessoas. Enquanto com o documento as portas das instituições e do mundo se abrem, sem elas, as portas se fecham automaticamente e as pessoas se vêm privado de exercer algumas actividades, como foram os casos de Ancha Amurim e Hélio Anadame que abaixo apresento.

Caso 1

Sabe, de momento não tenho nenhum documento e, a sua pergunta sobre eu ter ou não ter documentos me emocionou, quase que derramei lágrimas. Senti muito ao perder os meus documentos em uma vez só, foi um choque para mim e agora estou sofrendo muito. Eu fiz uma viagem a dois anos atrás, como te disse, sou Mukherista, compro materiais domésticos para cozinha na vizinha África de Sul para vender cá em Moçambique. Numa dessas viagens, ao chegar na junta de regresso a África de Sul, no momento de sair de mini base para o taxi, descobri que não tinha mais a minha carteira. Voltei a correr rapidamente para o carro e o motorista disse-me que não tinha visto a carteira. A partir dali soube que o azar estava próximo, não senti mais os meus pés no chão, pois a minha vida toda, o meu eu, tinha ido embora. Tinha lá um dinheiro no valor de seis mil maticais. Queria pagar taxi, mas isso juro que não me preocupou muito uma vez que sabia que bastava chegar em casa conseguiria pagar. No momento o que mais me preocupou foi o facto de perder os meus documentos. Estavam lá o meu B.I, o meu passaporte, cartão do eleitor e todos os meus cartões do banco, inclusive do FNB que me ajuda muito nas minhas boladas. Dinheiro naquele momento? Não, não pensei, juro, pensei sim nos documentos. Agora estou a muito tempo que não vou a África de Sul, o meu negócio parou e estou a viver os piores momentos da minha vida. É duro ficar sem documento, uma vez que nem o dinheiro que tinha no banco, o meu dinheiro, fiquei muito tempo sem mexer, mesmo precisando, não seria possível levantar e nem pedir o outro cartão. Para conseguir este recibo que vê nas minhas mão você nem pode acreditar o que aconteceu. Eu não sou de cá de Maputo, sou da Ilha de Moçambique e, para conseguir isto tinha que ter um certidão narrativa, começar de novo. E para ter certidão narrativa tinha

de ter cédula pessoal, ou o número de assento da cédula para ajudar na localização do assento. Bom, eu já tinha cédula em algum lugar da minha casa, mas não foi fácil encontrar, pois há muito que tinha esquecido da sua existência. Tive que revirar tudo. Localizei a cédula e enviei por fax para o meu cunhado lá na Ilha e ele levou ao registo. Mas para o meu azar, o meu livro de assento não existia mais. Meu cunhado andou no registo até comecei a sentir pena dele. Depois de tanto tempo foi possível conseguir o certidão e mandaram para mim de imediato. Bom, dali pelo menos já tinha esperança de voltar a ter os meus documentos. Eu queria este recibo de pedido de B.I que vês nas minhas mãos porque com ele, como o banco havia me dito, seria possível tratar os meus cartões. Por isso, fique muito tempo parada, a minha vida não anda por causa de documentos. Imagine, são os mesmos que me facilitam fazer minhas viagens, transações bancárias rápidas e a compra do Rand e todo o resto. Mas nesse momento por falta deles estou parada. Não sei o que seria de mim se não fosse o pai dos meus filhos. (Ancha Amurim, 36 anos de idade, Mukherista, residente no bairro de Maxaquene).

Caso 2

Levantei o meu bilhete graças a Deus, depois de muito tempo a me darem voltas. Esses gajos mentem muito. Falam de duas semanas mas a pessoas acaba ficando mais tempo, cerca de dois meses ou mais sem ter o seu documento e consequentemente perder muitas oportunidades. Digo oportunidade porque eu queria concorrer a uma vaga, mas não consegui porque não tinha documentos. Eles precisavam de B.I ou outro documento que pudesse substituir, como o Passaporte. Precisavam também certificado de habilitações literárias e outras coisas que tu sabes, nem? Aquilo que eles sempre pedem. Assim já consegui levantar e agora me sinto mais uma vez cidadão, apesar de perder algumas oportunidades. Olha mana, quando uma pessoa não tem documento compara-se com uma coisa qualquer. Mas o meu caso é diferente porque logo depois de perder

o meu bilhete e não sei como, fui e consegui o recibo de pedido de B.I. agora tudo funciona com documentos, sem eles não tem como, você fica privado de muitas coisas. O cúmulo de tudo isso é que agora, em todas as instituições, como é o caso de ministérios, você não pode entrar sem que tenha algum documento para deixar na recepção, olha até onde nós chegamos. Os alunos não podem fazer exame quando não apresentam alguns documentos que comprovem que o nome que esta no recibo é deles e que esta também uma fotografia. Eu já vi meu sobrinho perder exame de admissão porque perdeu seus documentos pouco antes do dia de exame, foi muito chato para mim ver aquilo, o miúdo chorou muito. É por isso que digo que embora reconheço a importância que tem, eles são verdadeiros infernos nas nossas vidas (Hélio Anadane, 31 anos, comerciante, Residente no bairro de Polana Caniço).

Como pode se constatar nos casos de Ancha Amurim e Hélio Anadane, os documentos, de forma geral, excluem os direitos de ter acesso aos serviços básicos para o exercício da cidadania.

O caso 1, de Ancha Amurim, verificasse que depois de perder os seus documentos ao vir de África de Sul, parou os seus negócios. Depois de ter ficado sem documentos, não conseguiu entrar de novo na África de Sul e ficou muito tempo sem mexer o seu dinheiro no banco. Este facto fez-lhe com que passe por umas situações muito drásticas e sentiu como se a tua vida tivesse parado. O mesmo aconteceu com o caso 2, de Hélio Anadane que viu-se privado do direito de concorrer a umas vagas que julgava ter os requisitos exigidos pelas entidade empregadora por falta de documento, como também a cena que presenciou do seu sobrinho.

Para estes dois eventos, é importante ter em atenção de que o documento criou um impacto muito grande na vida dessas pessoas, na medida em que se viram excluídas na totalidade de participar nos eventos e processos envolvendo os serviços do Estado. No entanto, para além de pensar os documentos como um instrumento legal que sobre a qual as pessoas efectuem as suas transações, deve se pensar também nos controversos e nas situações delicadas que o documento pode colocar nas pessoas.

Ancha Amurim e Hélio Anadane são pessoas que estão habituados a viver com os documentos e, para eles, sem estes a vida é impossível. Mas, de maneira geral, há pessoas que não possuem os documentos, o que torna a vida dessas mais complicado no que se refere o seu reconhecimento como cidadão.

Os meus informantes revelaram que viram e viveram caso de pessoas que não conseguiram exercer o seu direito de voto por falta de algum documento. Em muitos casos, nos processos de recenseamentos eleitorais, são usados esquemas de reconhecimentos através de testemunhas, familiares e vizinhos, para certificar os dados fornecidos por pessoas que não tem documento para comprovar. Nesse processo de testemunha, nem sempre as pessoas têm tido acesso a cartões de eleitores, que só podem serem entregues caso se certifique que os dados são verdadeiros. Contudo, as pessoas que não tem como testemunhar, são privadas de exercer o seu direito a voto.

Não são apenas as pessoas que nunca foram registadas que perdem esse direito. Mas também aos que, em várias circunstâncias, perderam os seus documentos, como pode se ver o caso 1 e 2 acima apresentados, que colocaram a senhora Ancha Amurim e o senhor Hélio Anadane em completo situação de isolamento no que tange ao exercício das suas atividades rotineiras, algumas oferecidas pelo Estado. Para Ancha Amurim, o facto de não voltar a viajar para África de Sul depois de perder os seus documentos, revela que não só por dinheiro não conseguiu ir para lá, já que não poderia mexer por estar no banco e para isso exigir documentos, como também por falta de Passaporte que é exigido na fronteira para o normal circulação de pessoas.

De acordo com Peirano (2002) o documento possui uma força que transforma o indivíduo em cidadão de um determinado estado nacional e o qualifica para determinadas actividades. O vínculo entre o indivíduo e o documento que o identifica, portanto, não é apenas de representação, mas também de contiguidade e/ou extensão. Quando o indivíduo perde sua “identidade”, essa experiência é verdadeira em vários sentidos. Há um elemento de magia nessa associação: o indivíduo torna-se cidadão por sua carteira de identidade, mas, ao se descobrir sem a carteira, ele de fato não possui mais a identidade (que é civil e pública). Assim, para além de não possuir mais a identidade ao perder o seu documento, como avança Peirano (2002), o indivíduo perde o direito de ter acesso a um conjunto de serviços que Estado oferece.

7. Conclusão

8. Referências bibliográficas

Aslan, Senem. 2009. “Incoherent State: The Controversy over Kurdish Naming in Turkey” In: *European Journal of Turkish Studies* (10): 2-17.

Caplan, Jane; Torpey, John. 2001. *Documenting Individual identity: The Development of State Practices in the Modern World*. Princeton: Princeton University Press.

Cardoso de Oliveira, Roberto. 2006. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever” in: *O trabalho do antropólogo*. São Paulo. UNESP. Pp. 17-36.

Carrara, Sergio. 1990. “A Ciência e doutrina da identificação no Brasil: ou do controle do eu no templo da técnica”. In: *Religião e Sociedade* 15 (1): 82-105.

Cole, Simon. 2001. *Suspect Identities: A history of fingerprinting and criminal identification*. Cambridge: Harvard University Press.

Da Matta, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?*. Vol. 7. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

Das, Veena; Poole, Deborah (Org) .2004. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press.

De Araújo, Marcos Elias; Pasquali, Luiz.2004. Histórico dos Processos de Identificação. Brasília: LabPAM. Disponível em:

http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/arquivos/File/forum/historico_processos.pdf

Consultado no dia 10 de Março de 2016.

Etcheverry, Daniel. 2007. “Identidade não é Documento: Narrativas de ruptura e continuidade nas migrações contemporâneas”. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Fonseca Claudia; Scalco Lúcia. 2015. “A Biografia dos Documentos: Uma Antropologia Das Tecnologias De Identificação”. In: Fonseca, Claudia; Helena Machado (Org) *Ciência, Identificação e Tecnologia de Governo*: 20-37. Porto Alegre: UFRGS

Gil, António Carlos. 1999. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas.

Ginzburg, Carlo. 1990. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras.

Groebner, Valentin. 2007. *Who are you?: identification, deception, and surveillance in Early Modern Europe*. New York: Zone Books.

Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva. 2006. *Dicionário de Conceitos Históricos* - Ed. Contexto – São Paulo

Mabjaia, Agostinho Luisa. 2015. “Limites para além das Fronteiras administrativas: Uma análise das relações entre um grupo de residentes de Namaacha, Moçambique e Lomahasha, Swazilândia e entre Macuacua, Moçambique e Mbuzine, África do Sul”. Dissertação de licenciatura. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane/Faculdade de Letras e Ciências Sociais/Departamento de Arqueologia e Antropologia.

Malinowski, Bronislaw. 1974. “Introdução: Objecto, método e alcance desta investigação”. In: *Ethnologia* (8): 17-37.

marshall, T. H. (1949). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar 1967.

Marcone, Maria De Andrade; Lakatos, Eva Maria. 2003. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5Ed. São Paulo: Atlas.

Navaro-Yashin, Yael. 2007. “Make-believe papers, legal forms and the counterfeit: Affective interactions between documents and people in Britain and Cyprus”. In: *Anthropological Theory* 1 (7): 79-98. Disponível em <http://ant.sagepub.com/content/7/1/79> Consultado no dia 23 de Janeiro de 2016.

Peirano, Mariza. 2011. “Identifique-se! O caso Henry Gates versus James Crowley como exercício antropológico”. In: *Revista em Ciências Sociais*. 26 (77): 63-78.

_____. 1986. “Sem Lenço, Sem Documento”: Reflexões Sobre Cidadania No Brasil”. In: *Estado, Cidadania, Movimentos Sociais*: 49-62. Brasília: Universidade de Brasília

_____. 2009. “O Paradoxo dos Documentos de Identidade: Relato de uma Experiência nos Estados Unidos”. In: *Horizontes Antropológicos*. 15 (32): 53-80.

_____. 2002. “This horrible time of papers. Documents and National values”. Brasília. Disponível em: <http://www.unb.br>

Richter, Vitor Simonis. 2002. “Seguindo as vias: Declaração de Nascido Vivo, Identificação e Mediação”. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal de Rio Grande de Sul/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Scott, James. 1998. *Seeing Like a State: How Certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University press.

Scott, James at al... 2002 ‘The Production of Legal Identities Proper to States: The Case of the Permanent Family Surname’. In: *Society For Comparative Studies in Society and History*. 44 (1) 4-44.

Torpey, John. 2000. *A invenção do passaporte. Vigilância, cidadania e o Estado*. Lisboa, Coleção Memórias do Mundo.

Wakin, Daniel. 2007. Identity Crisis National I.D. Cards: One Size Fits All. Disponível em <http://www.nytimes.com/2001/10/07/weekinreview/the-nation-identity-crisis-national-id-cards-one-size-fits-all.html> Consultado no dia 23 de Fevereiro de 2016.

Zambrano, Elizabeth. 2003. “Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo”. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Silva, Paulo Napoleão Néelson Basile Nogueira da. 1996. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Silva, Tomaz Tadeu; Hall, Stuart; Woodward, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.